



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638916 - SP (2021/0003711-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ANGELICA DE FATIMA BONIFACIO
ADVOGADO : ANGELICA DE FATIMA BONIFACIO - MG112387
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FÁBIO HENRIQUE DE JESUS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FÁBIO HENRIQUE DE JESUS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500353-30.2020.8.26.0530).

O paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 às penas de 3 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 333 dias-multa, no valor unitário mínimo legal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, defendendo ser hipótese de fixação de regime aberto de cumprimento de pena e de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Diz que há equívoco na dosimetria, ressaltando a necessidade de aplicação, *in casu*, do disposto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, em sua fração máxima, e da atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 65, I, do CP.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem, mediante a fixação do regime aberto de cumprimento de pena e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para que seja aplicada a atenuante prevista no art. 65, I, do CP, afastando-se a hediondez do delito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Deve-se, pois, reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente